

LINGUAGEM, IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL

NOVAS FRONTEIRAS, NOVAS ARTICULAÇÕES

LUCIA M. A. FERREIRA
EVELYN G. D. ORRICO

(ORGANIZADORAS)



Perspectivas e cruzamentos entre literatura, ciência e projeto nacional: algumas (e singelas) indagações

REGINA ABREU*

Inicialmente, gostaria de tecer algumas palavras sobre o “Encontro” propriamente dito e o que ele significa para nós do Mestrado em Memória Social e Documento. A idéia de um encontro em sua simplicidade me parece extremamente fértil nestes tempos de instrumentalismo acadêmico em que as exigências de um produtivismo exacerbado nos coloca a todo momento frente ao risco letal, eu diria mesmo mórbido, da esterilidade criativa. Valorizar o tempo do encontro é potencializar nossa capacidade de trocas, nas quais, para usar uma linguagem antropológica, temos a oportunidade de construir nossos próprios pontos de vista a partir da relação com a alteridade e com a diferença. Mas há ainda um outro aspecto de igual relevância. Valorizar o tempo do encontro é também potencializar nossa capacidade de arriscar, de avançar na direção de conhecimentos não-estabelecidos, de lançar idéias novas, abertas, não-acabadas. Ou para sintetizar numa só palavra: valorizar o tempo do encontro é valorizar nossa capacidade de *ensaiar*. É bom lembrar, já que estamos aqui a todo o momento falando em memória social... É bom lembrar que toda uma tradição do pensamento social no Brasil nasceu justamente do ato de *ensaiar*. O ensaio fundou no Brasil as primeiras

* Doutora em Antropologia Social pela UFRJ (Museu Nacional); Professora Adjunta da Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio); Docente do Mestrado em Memória Social e Documento, Uni-Rio.

interpretações da realidade social, os primeiros ditos clássicos da literatura brasileira. E justamente porque a idéia de *ensaio* abriga a idéia de *ousadia intelectual*, de *risco interpretativo*, de *criatividade* e *inovação*. Foi por meio da ousadia intelectual de um Euclides da Cunha, de um Sérgio Buarque de Holanda, de um Gilberto Freyre, entre outros, que o país começou a ser esquadrinhado, interpretado, analisado. É, portanto, este sentimento de *ensaio* e de *ousadia intelectual*, este sentimento de *correr o risco na busca de novas interpretações* que está na base da proposição deste *encontro*. Neste sentido, eu gostaria de parabenizar as organizadoras deste II Encontro em Memória Social e Documento, Professoras Lucia Maria Alves Ferreira e Evelyn Goyannes Dill Orrico. Já neste primeiro painel, percebemos a felicidade da escolha dos professores que compõem a Mesa. As contribuições que tivemos a oportunidade de escutar pela manhã certamente seguem na direção da experimentação, do novo, da ousadia intelectual que a meu ver devem dar a tônica deste Encontro. Tenho certeza de que sairemos enriquecidos deste dia e faço votos para que este Encontro frutifique muitos outros encontros e que se dissemine a idéia mesma do encontro enquanto ato criador, laboratório de idéias, lugar de trocas e antídoto para a cristalização do já estabelecido e da sacralização de cânones previamente fixados.

Feita esta colocação inicial, passarei ao segundo ponto da minha missão hoje aqui, que consiste em procurar fomentar o debate em torno do tema da Mesa de hoje, "Linguagem e Memória". Gostaria de mais uma vez sublinhar o alto nível das reflexões dos três palestrantes e dizer que farei a minha intervenção seguindo dois planos: no primeiro plano, procurarei apontar as articulações entre os trabalhos; no segundo plano, sinalizarei as diferenças entre eles. Embora os trabalhos sejam muito ricos, estarei concentrando minhas observações no tema específico da mesa de hoje, ou seja, da articulação entre linguagem e memória.

O tema focado pelo Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos no trabalho “Linguagem, memória e história: o enunciado nacional” me parece crucial no debate entre a História e a Memória: o tema do nacional. A maneira como ele constrói sua questão me parece extremamente pertinente: de um lado, “a nação é uma construção imaginária”, de outro lado, os historiadores estão aprisionados desde o século XIX ao paradigma nacional. Ao colocar nestes termos, a nação como construção e como imaginação, o Prof. Afonso aproxima toda a narrativa que fala da nação da narrativa ficcional. Ao enunciar o aprisionamento dos historiadores ao paradigma nacional, deixa entrever o quanto a História tem de ficção. Outro aspecto importante decorrente da nação como construção imaginária é o fato de a nação ser uma construção histórica carregada de significações. Ou seja, não uma única versão sobre o que é uma nação particular. A nação admite uma pluralidade de significados. Bem, feitas estas primeiras colocações, o Prof. Afonso Carlos aponta o que deseja compreender: o próprio processo de elaboração simbólica do fenômeno nacional. Ou seja, não importa dizer que o nacionalismo é uma mistificação. O problema é localizar as razões que fazem com que esta mistificação tenha efeitos tão maciços e terrivelmente verdadeiros. O problema é entender como de fato a idéia de nação foi ganhando concretude, foi se incorporando ao *habitus* de cada cidadão. De fato, em alguns momentos da História a adesão a projetos nacionais mostrou grande eficácia e é esta eficácia que o Prof. Afonso Carlos quer compreender.

Entretanto, gostaria de colocar a questão inversa, talvez até fazendo uma ligação com o trabalho da Profa. Ângela, que mostra exatamente o contrário, exemplificando com o caso português e mostrando um momento em que os laços de adesão a um projeto nacional se enfraquecem a tal ponto que parece não haver saída. Ou seja, se o fenômeno nacional é histórico, estaríamos assistindo

ao seu desmoronamento enquanto forma de adesão coletiva a um projeto comum? Quais as alternativas que se colocam?

Por outro lado, num momento em que novas formas de adesão a novas coletividades emergem com força surpreendente como as afirmações de identidades étnicas, tribais, regionais ou uma certa volta a formas de coesão antigas como as relações de vizinhança ou o pertencimento às chamadas comunidades, em especial o fenômeno das grandes comunidades de baixa renda, como é que fica o fenômeno nacional? Qual a atualidade dos projetos nacionais?

E, por fim, para nos atermos ao tema da mesa de hoje, Linguagem e Memória, em que medida a História se aproxima e em que medida ela se distancia da Ficção?

Como o historiador pode se libertar do fenômeno nacional? Isto é possível? Ou História e Nação ou Memória Nacional estão umbilicalmente ligados?

A intervenção da Profa. Ângela Beatriz de Carvalho Faria, com o trabalho "Memória, linguagem e história na ficção portuguesa contemporânea", ficou centrada em três livros portugueses: *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo; *A costa dos murmúrios*, de Lídia Jorge; e *As naus*, de António Lobo Antunes. A questão que está interessando à Profa. Ângela e que perpassa os três livros é a desconstrução de um certo ponto de vista da História portuguesa sobre Portugal, um ponto de vista fundante, uma espécie de mito de origem que teria permanecido durante longo tempo sacralizado, intocável. Este mito de origem da nação portuguesa estaria centrado num certo imaginário marítimo, num certo arquétipo da pátria portuguesa que converge para o mar – *o mar lusíada das paixões expansionistas*. Ângela percebe nos três textos um esforço de desconstrução desta narrativa mítica, ou ao menos a evidência de que esta narrativa fundadora de uma memória nacional portuguesa é particular, arbitrária, ou seja, é uma narrativa possível, uma construção discursiva.

Os três textos terminam produzindo o efeito de retirar da História um certo sentido único, soberano e legítimo dos acontecimentos, disseminando em contrapartida outras histórias que, através do confronto dialógico, buscam a alteridade da verdade. Os autores chegam a brincar com personagens ícones da mitologia cultural portuguesa, ridicularizando feitos de um Pedro Álvares Cabral ou de um Dom Manuel. A Profa. Ângela assinala portanto o quanto a ficção portuguesa vem dialogando com a História e o quanto este diálogo é rico, permitindo novos lugares de fala, de criação, de imaginação sobre o tema do nacional. A Profa. Ângela enuncia as diferenças entre a construção histórica e a construção ficcional e o quanto esta última se aproximaria da operação da memória, afetiva, calcada na saudade, na lembrança, no sentimento. O esforço de leitura destes três textos de ficção por este viés me parece extremamente promissor, enunciando a passagem dos intelectuais portugueses por um momento dessacralizador e por isto mesmo extremamente criativo. Para nosso imaginário cultural tão marcado pelas narrativas das proezas portuguesas por mares nunca antes navegados, a intervenção da Profa. Ângela instiga nossa imaginação.

Gostaria de destacar dois pontos:

1. Ao trabalhar com pares de oposição, principalmente opondo a História enquanto lugar do aprisionamento, da racionalidade olímpica, unificadora e sistematizante à Ficção/Memória enquanto lugar de libertação e de inauguração de vozes marginais, não estaríamos correndo o risco de deixarmos de perceber o jogo de forças em cada um destes campos? A leitura desses escritores não tem algo de ingênuo ao ignorar as várias versões que se debateram (e que se debatem) ao longo do processo de constituição de uma História nacional, ao deixarem de perceber as variações dos mitos de origem, as tensões entre vários projetos de História, as lutas entre diferentes intelectuais e políticos na afirmação de verdades, na eleição de certos patrimônios a serem

preservados em detrimento de outros e assim por diante? Não estariam eles assumindo e de certa forma reificando uma determinada versão da História sem atentar para o fato de que longas batalhas de símbolos e alegorias são permanentemente travadas no campo da História como em qualquer outro campo? Visão muito enrijecida da História (ela é plural).

2. Por outro lado, me pareceu que ao tom ufanista de uma certa História dos vencedores, estes novos escritores contrapõem um tom por demais pessimista: o mar lusíada das paixões expansionistas será substituído pelo mar de ruínas, configurando a desmitificação da utopia político-social, ou a denúncia da morte do Império constituído através do mar, autopsiando-lhe os restos. O que fica de tudo isso? Esses escritores parecem não conseguir propor uma alternativa ou formular uma nova utopia social para a nação portuguesa. A literatura aqui não estaria correndo o risco de se fechar, como a Profa. Ângela assinalou, “lugar de clausura, ensimesmamento e perfeição”, “lugar da escrita narcísica”. Não estariam esses autores caindo na pior das armadilhas da contemporaneidade: o fechamento em torno do eu, armadilha tão bem descrita por Richard Sennett em *A corrosão do caráter*, onde o indivíduo se enclausura no eu, no particular, no privado, negando-se propor uma alternativa social, política, pública para os impasses produzidos pela sociedade contemporânea?

Por fim, gostaria de saber um pouco mais sobre o lugar destes escritores no contexto da literatura portuguesa contemporânea.

A Profa. Nilda Teves, na apresentação intitulada “Imaginário social, identidade e memória”, segue na mesma linha dos demais palestrantes, enunciando a relatividade do discurso científico e fazendo a crítica do cientificismo. “O racionalismo fechado cedeu lugar ao racionalismo mais flexível, aberto, e a razão não é, pois, uma forma definitivamente fixa do pensamento, ao contrário, é uma incessante conquista. [...] O progresso da

ciência pôs fim ao cientificismo.” Nilda enuncia um conceito que de diversas maneiras está presente nos trabalhos anteriores: o conceito de polissemia. Não há uma única interpretação possível para os fenômenos; há, sim, diferentes sentidos, diferentes significados, o que nos leva a aproximar o cientista mais uma vez do escritor, do criador. É preciso incorporar a dimensão imaginativa ao processo do conhecimento. “Aprender uma realidade significa investigar sua dupla dimensão objetiva e subjetiva, que se incorpora na ação coletiva dos membros de um grupo.”

Entretanto, ao aproximar a ciência da ficção não corremos o perigo de negar o princípio básico da ciência que é o de produzir um conhecimento universalizável? Não estaríamos abrindo caminho para uma tal proliferação de interpretações e pontos de vista que tornaria impossível a comunicação entre os membros da comunidade científica? Em última instância, este procedimento não levaria ao isolamento do pesquisador? Como enfrentar estes desafios e produzir um conhecimento que incorpore a imaginação, a criação, os afetos, os sentimentos?

Como você vê o problema da formação das tribos no mundo contemporâneo e os projetos mais inclusivos como o projeto nacional? São contraditórios e excludentes ou permitem novas combinações?